

ANEXO "N"

ARQUIDIOCESE DA PARAIBA
Caixa Postal 13
58.001-970 - João Pessoa - PB
Brasil

Excelentíssimo Senhor Presidente
da Câmara Federal
Deputado JOÃO PAULO CUNHA

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência pelo trabalho corajoso que vem realizando na Presidência dessa Casa, em um momento histórico para o Brasil, de mudanças profundas, solicitamos, respeitosamente, que seja dada prioridade para a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – com o objetivo de investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste, proposta pelo Deputado Luiz Couto.

Existem evidências concretas envolvendo diretamente altos escalões dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como delegados, servidores públicos, fazendeiros e empresários com os grupos de extermínio, que, muitas vezes, são armados, treinados e comandados por policiais militares. Uma investigação da Câmara Federal, certamente, vai desnudar os personagens responsáveis por essas práticas macabras e contribuir decisivamente para a paz e a segurança do generoso povo nordestino.

Além das centenas de mortes e da violência generalizada contra as populações humildes nas cidades e nas áreas rurais, contra as autoridades públicas que cumprem com dignidade as suas funções, o mais grave é a omissão, a conivência e até mesmo a participação direta de setores do Estado nessas agressões criminosas.

Moram-se, muitas vezes, à luz do dia, menores que efetuam pequenos furtos em mercados, adolescentes aliciados para o comércio de drogas e traficantes menores, trabalhadores em litúrgio na Justiça do Trabalho, líderes rurais ou comunitários e todos que se opõem ou ameaçam de alguma forma a hegemonia dos grupos criminosos.

Neste momento, em que o próprio Presidente da República se empenha pessoalmente na erradicação da miséria e de outras formas de abuso aos direitos da pessoa humana, é fundamental o apoio e participação do Legislativo Federal na apuração dessas mazelas que afrontam a dignidade de nossa gente.

Em face ao exposto, reforçamos nosso apelo a essa Presidência para que essa Casa possa cumprir o seu papel de representante dos legítimos interesses do Brasil e sua gente.

Esperando contar com a especial atenção de Vossa Excelência, renovamos votos de respeito e consideração.

Cordialmente,

João Pessoa, 09 de abril de 2003.



Dom Marcelo Pinto Carnevalheira
Arcebispo da Paraíba
Vice-Presidente da CNBB



MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Luta pela vida, Contra a Violência

Coordenador Nacional

Rev. Romão Otmar Klisch

Coordenador de
Formação

Paulo César Carbonari

Coordenadora de
Organização e Projetos

Rosiana Pereira Queiroz

Coordenadora de
Relações Internacionais

Izazêr Gadelha Fernandes

Coordenadora do
Conselho Nacional

Irene Maria dos Santos

Coordenador de
Cooperação e Parcerias

João Frederico dos Santos

Conselho Nacional

*Aldenice Rodrigues
Alexandre Delorenzo
Ana Beatriz Ludwig
Estrela Dalva Amoadó
Irene Maria dos Santos
João Frederico Santos
Josiene Sanches Gambá
Manoel Messias Silva
Marcelo Silva de Freitas
Marta Falqueta
Matuzalém Lourenço
Nazare Gadelha
Paulo Carbonari
Rildo Marques
Roy Pirre Toussaint
Terezinha de Jesus Reis*

Sede Nacional

SEPN Qd. 506, Bl. "c"
subsolo, sala 34
70530-535 - Brasília/DF
Fone: 61 273-7320/7170
Fax: 61 274-7871
E-mail: mndh@mndh.org.br
Home: www.mndh.org.br
CGC 032.902.132/0001-03

Brasília (DF), 10 de abril de 2003.

Exmo. Deputado,

O Deputado Federal Luiz Coufo (PT-PB), em uma iniciativa louvável e oportuna, está solicitando a abertura de CPI na Câmara dos Deputados para investigar a ação criminosa de milícias privadas e grupos de extermínio no Nordeste brasileiro. O Movimento Nacional de Direitos Humanos solidariza-se com essa decisão, que ajudará a reduzir a ocorrência de execuções sumárias no Brasil, um tipo de violação de direitos humanos muito comum em nosso território. Essa CPI, caso seja implantada, será um passo importante na *luta pela vida, contra a violência* a que, há mais de duas décadas, o Movimento tem se dedicado.

Quando falamos em Execuções Sumárias, estamos tratando da ação de pessoas que, violando os mais elementares princípios da democracia, do Estado de Direito e do respeito à vida, acham-se no direito de escolher quem merece ou não viver. Esses grupos agem à margem da lei, de forma organizada e rotineira, no sentido de eliminar aqueles que não são aprovados em seus critérios obscuros. As principais vítimas não poderiam ser outras, portanto, senão aqueles grupos historicamente marginalizados em nossa sociedade, tais como as comunidades negras e/ou faveladas, os mendigos, os homossexuais e as crianças de rua. No caso específico do Nordeste, soma-se a essa situação a execução de trabalhadores do campo, além da migração de grupos de extermínio provenientes do Sul e do Sudeste, no intuito de praticar seus atos criminosos contra as comunidades locais.

O Movimento Nacional de Direitos Humanos tem trabalhado, ao longo de várias décadas, no sentido de denunciar as falhas do Estado brasileiro no provimento de proteção aos seus cidadãos. Não raro, agentes do próprio Estado são os responsáveis por tais violações. Conhecendo essa realidade, em 2001, o Movimento entregou às Nações Unidas um amplo relatório acerca da situação das execuções sumárias no Brasil, intitulado *Extrajudicial, summary or arbitrary executions: an approximation on the situation in Brasil*. Desde então, aguardamos não só a vinda do Relator Especial da Onu Sobre Execuções Extra-judiciais, Sumárias ou Arbitrárias, que deverá ocorrer ainda este ano, mas também ações concretas do Governo no sentido de combater os grupos de extermínio e as milícias privadas, em especial no Nordeste brasileiro.



MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS



MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
Luta pela vida, Contra a Violência

Coordenador Nacional

Rev. Romeu Olmar Klich

**Coordenador de
Formação**

Paulo César Carbonari

**Coordenadora de
Organização e Projetos**

Rosiana Pereira Queiroz

**Coordenadora de
Relações Internacionais**

Nazaré Gadelha Fernandes

**Coordenadora do
Conselho Nacional**

Irene Maria dos Santos

**Coordenador de
Cooperação e Parcerias**

João Frederico dos Santos

Conselho Nacional

*Aldemice Rodrigues
Alexandra Delorenzo
Ana Beatriz Ludwig
Estrela Dalva Amado
Irene Maria dos Santos
João Frederico Santos
Josiene Sanches Gamba
Mancei Messias Silva
Marcelo Silva de Freitas
Marta Faqueta
Maturazém Lourenço
Nazaré Gadelha
Paulo Carbonari
Rildo Marques
Roy Pire Toussaint
Terezinha de Jesus Reis*

Sede Nacional

SEPN Qd. 506, Bl. "C"
subsolo, sala 34
70530-535 - Brasília/DF
Fone: 61 273-7320/7170
Fax: 61 274-7671
E-mail: mndh@mndh.org.br
Home: www.mndh.org.br
CGC 032.902.132/0001-03

Da mesma forma com que nos solidarizamos com essa feliz iniciativa do Deputado Luiz Couto, colocamo-nos, como Movimento da sociedade civil, sempre à disposição para auxiliar a luta pela promoção e proteção integral de todos os direitos humanos. Estamos aptos, também, a apresentar críticas construtivas às falhas do sistema de justiça e segurança brasileiro, sempre no intuito de ampliar as garantias da sociedade contra quaisquer formas de violência. Esperamos que esta CPI abra um precedente favorável a outras ações igualmente necessárias em prol da proteção da dignidade humana.

Atenciosamente,

Rev. Romeu Olmar Klich
Coordenador Nacional

Exmo. Deputado
JOÃO PAULO CUNHA
Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA

Dep. Luiz Couto

De: Andressa [andressa@global.org.br]
Enviado: Quinta-feira, 10 de Abril de 2003
Para: dep.joaopaulocunha@camara.gov.br
Cc: dep.luizcouto@camara.gov.br
Assunto: CPI dos Grupos de Extermínio



Ofício nº JG/RJ 050/03

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2003.

Exmo. Sr. João Paulo Cunha

MD. Presidente da Câmara dos Deputados
Esplanada dos Ministérios - Câmara dos Deputados – Edifício Principal – Presidência
CEP: 70160-900
Brasília - DF
Telefones: (61) 318.8000/8001/8003

Ref: Solicitação de urgência na votação do Requerimento de Criação da CPI dos Grupos de Extermínio no Nordeste

Prezado Senhor Presidente:

O Centro de Justiça Global, organização não-governamental sediada no Rio de Janeiro e em São Paulo e que atua na proteção internacional dos direitos humanos, há vários anos vem acompanhando a questão da atuação dos grupos de extermínio e suas conseqüentes violações aos direitos humanos no Brasil.

Em 27 de fevereiro de 2003, esta entidade juntamente com outras organizações da sociedade civil da Paraíba e de Pernambuco realizaram uma audiência junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que abordou esta temática, dentre outras, e publicaram relatório denominado "Situação dos direitos humanos na Paraíba, disponível no site www.global.org.br.

Além disso, estamos realizando vasta pesquisa sobre milícias privadas e grupos de extermínio em todo o Brasil, e estamos documentando muitos casos da atuação destes grupos criminosos e sua vinculação com algumas autoridades públicas. Neste sentido, apoiamos e entendemos ser de suma importância e extrema urgência a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a região Nordeste, nos termos do requerimento do Deputado Federal Luiz Couto e outros.

Destarte, solicitamos a Vossa Excelência que seja dada prioridade à votação do referido requerimento para abertura e instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a maior brevidade possível.

Desde logo, agradecemos sua atenção e no ensejo, aproveitamos para apresentar nossos votos de estima e consideração.

Andressa Caldas

Sandra Carvalho

10/04/03

Dep. Luiz Couto

De: antoine guerin [antoineguerin@noos.fr]
Enviado: Quinta-feira, 10 de Abril de 2003 12:45
Para: dep.luizcouto@camara.gov.br
Assunto: Apoio ao Requerimento do Deputado Luiz

Excelentíssimo Senhor Presidente
da Câmara Federal
Deputado JOÃO PAULO CUNHA

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência pelo trabalho corajoso que vem realizando na Presidência dessa Casa, em um momento histórico para o Brasil, de mudanças profundas, solicitamos, respeitosamente, que seja dada prioridade para a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI com o objetivo de investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste, proposta pelo Deputado Luiz Couto.

Existem evidências concretas envolvendo diretamente altos escalões dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como delegados, servidores públicos, fazendeiros e empresários com os grupos de extermínio, que, muitas vezes, são armados, treinados e comandados por policiais militares. Uma investigação da Câmara Federal, certamente, vai desnudar os personagens responsáveis por essas práticas macabras e contribuir decisivamente para a paz e a segurança do generoso povo nordestino.

Além das centenas de mortes e da violência generalizada contra às populações humildes nas cidades e nas áreas rurais, contra as autoridades públicas que cumprem com dignidade as suas funções, o mais grave é a omissão, a convivência e até mesmo a participação direta de setores do Estado nessas agressões criminosas.

Matam-se, muitas vezes, à luz do dia, menores que efetuam pequenos furtos em mercados, adolescentes aliciados para o comércio de drogas e traficantes menores, trabalhadores em litígio na Justiça do Trabalho, líderes rurais ou comunitários e todos que se opõem ou ameaçam de alguma forma a hegemonia dos grupos criminosos.

Neste momento, em que o próprio Presidente da República se empenha pessoalmente na erradicação da miséria e de outras formas de abuso aos direitos da pessoa humana, é fundamental o apoio e participação do Legislativo Federal na apuração dessas mazelas que afrontam a dignidade de nossa gente.

Em face ao exposto, reforçamos nosso apelo a essa Presidência para que essa Casa possa cumprir o seu papel de representante dos legítimos interesses do Brasil e sua gente.

Esperando contar com a especial atenção de Vossa Excelência, renovamos votos de respeito e consideração.

Cordialmente,
Paris, 10 de abril de 2003.

Antônio Maria Guerin
CEFAL
2, rue de l'Abbé Patureau
75018 PARIS
FRANÇA

Tel: 01 42 52 07 89
Fax: 01 42 52 45 24
Email: antoineguerin@noos.fr

0/04/03



Estado da Paraíba
Assembléa Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

João Pessoa (PB), 09 de abril de 2003.

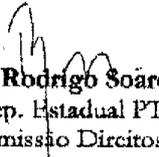
CT. Nº 01/Gab. RS

Senhor Presidente,

Vimos por meio dessa declarar apoio à solicitação do Deputado Federal Luiz Couto, requerendo a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a região nordeste.

É muito preocupante a atuação de grupos de extermínio, notadamente, na fronteira entre os estados da Paraíba e Pernambuco. Essas práticas atentatórias a toda sorte de direitos e cidadania necessitam um enfrentamento contundente e definitivo. E essa parece ser uma clara intenção do Governo Luis Inácio Lula da Silva.

Sem mais, cumprimento-o fraternalmente,


Rodrigo Soares
Dep. Estadual PT/PB
Pres. Comissão Direitos Humanos

Ao
Excelentíssimo Presidente da Câmara Federal
Deputado João Paulo Cunha
Brasília - DF



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
15ª Legislatura
Gabinete Deputado Frei Anastácio

Excelentíssimo Senhor Presidente
da Câmara Federal
Deputado JOÃO PAULO CUNHA

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, quero felicitá-lo pelo trabalho corajoso que vem realizando na Presidência desse Poder, principalmente, quando vivemos um novo momento em nosso país, de mudanças profundas, onde o parlamento deve estar ciente de que se inaugura um período de busca pela ética, pela honestidade com o bem público, pela transparência e resgate da cidadania e da dignidade humana.

É com esse espírito de cidadania e de respeito à vida, que temos a oportunidade de realizar a tarefa histórica de implementar um programa de mudanças substanciais, que possibilite o desenvolvimento, que faça incluir, pacificar e conquistar o que hoje almejamos: que é o combate às injustiças sociais e à violência e insegurança que estão instaladas no Brasil, principalmente na região Nordeste, onde os grupos de extermínio impõem a lei do silêncio, matando, ameaçando e perseguindo aqueles que se manifestam contra sua atuação.

Esse atentado à vida humana pode ser percebido pelo número de trabalhadores que foram executados no campo na Paraíba, por grupos de extermínio e milícias privadas, sob o comando de latifundiários e agentes do Estado. Tal atuação ficou mais evidente por ocasião da instalação da CPI que apurou a violência no Campo e o envolvimento de policiais civis e militares; assim como a CPI do Narcotráfico que apurou a ação desses grupos no Estado. Existem evidências concretas envolvendo diretamente altos escalões dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como delegados, servidores públicos, fazendeiros e empresários com os grupos de extermínio, que, muitas vezes utilizam armas da própria caserna para praticar o desmando.

Sendo assim e diante das mortes, ameaças e da intimidação que trabalhadores e trabalhadoras deste Estado vêm sofrendo, solicitamos que seja dada prioridade para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – proposta pelo Deputado Luiz Couto, com objetivo de investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste.

Tal iniciativa estará contribuindo para denunciar e punir os mentores e executores do crime organizado, impedindo sua migração e poder de comando. A esperança venceu o medo e a justiça, certamente vencerá a impunidade. Vivemos um tempo de incensa participação cidadã, que pode contar com o apoio do Presidente da República, que pessoalmente tem se empenhado na erradicação da miséria e das violações dos direitos humanos.

Desta forma, reforçamos nosso apelo a essa Presidência para que a Câmara Federal possa cumprir o seu papel de representante dos legítimos interesses do povo brasileiro.

Esperando contar com a especial atenção de Vossa Excelência, renovamos votos de respeito e consideração.

Respeitosamente,

João Pessoa, 09 de abril de 2003.

Frei Anastácio
Frei Anastácio Ribeiro
Deputado Estadual – PT/PB

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECCIONAL DA PARAÍBA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

Ofício nº 011/2003

João Pessoa, 09 de abril de 2003.

EXMO. SR. LUIZ COUTO
Deputado Federal/PT/PB

A Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba, representada neste ato por sua Presidente, vem manifestar apoio a Vossa Excelência para criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda região nordestina.

Receba ainda nossa solidariedade, neste momento em que Vossa Excelência vem sofrendo graves e covardes ameaças de morte, em virtude do brilhante papel que tem desempenhado em prol da sociedade, combatendo o crime organizado.

Cordialmente,



Nadja Diógenes Palitot y Palitot
Presidente da CDH/OAB/PB